

Caso Amazonas Energia provoca vários espantos

A área de concessão da Amazonas Energia – AE é campeã nacional no índice de perdas não técnicas de energia (um eufemismo para furto). Com arrecadação claudicante, a AE ficou insustentável, inclusive deixando de pagar pela energia que compra das térmicas da Eletrobras. O Governo teve que fazer escolhas. Uma possibilidade seria intervir na concessionária ou declarar a caducidade da concessão. Faria sentido se as atuais dificuldades de AE fossem devidas somente à má gestão. Não parece ser o caso.

Outra possibilidade seria ajudar a concessionária, pelo menos transitoriamente. Idealmente essa ajuda deveria se materializar como despesa no orçamento da União. Porém, dada a situação fiscal do país, realisticamente o custo da ajuda se materializará encarecendo a conta de luz de todos os brasileiros.

A ajuda deveria ser dada ao atual ou a um novo controlador da AE? A escolha, aliás correta, foi pela segunda opção. Quem deveria ser o novo controlador e qual deveria ser o tamanho da ajuda? O razoável teria sido estabelecer uma competição entre eventuais candidatos a controlador, selecionando aquele que oferecesse a continuidade do serviço para os amazonenses e mínimo custo para os consumidores de todo o país. Em vez disso, o Governo, ao que tudo indica, escolheu a Âmbor.

“Ao que tudo indica” porque, num primeiro movimento, a Âmbor comprou as térmicas “micadas” da Eletrobrás. Poucos entenderam. Para a Eletrobrás parecia um excelente negócio se livrar de unidades de energia cujo único cliente, a AE, era inadimplente. Mas para a Âmbor... por que fazer tão mau negócio? A resposta veio pouco depois da transação, por meio da edição da Medida Provisória nº 1.232/2024 que transformou os contratos “micados” entre as térmicas e a AE em contratos de energia de reserva, com garantia de adimplemento. Explicação oficial para essa sequência de eventos: mera coincidência. Se foi isso mesmo, a Âmbor é muito sortuda!

A Medida Provisória também determinou que a ANEEL examinasse o plano de transferência do controle acionário preparado pela dupla AE-Âmbor e o aprovasse caso fosse demonstrado que sua implementação ensinaria a recuperação da sustentabilidade econômico-financeira da concessionária, com o menor impacto tarifário possível. A área técnica da ANEEL examinou o plano e o rejeitou porque oneraria as contas de luz de todos os brasileiros em R\$16 bilhões. O necessário, segundo técnicos da ANEEL, seria apenas a metade dessa quantia.

A AE entrou na Justiça e obteve uma liminar decidida por juíza de primeira instância do Justiça Federal no Amazonas dando prazo de 48 horas para a diretoria da ANEEL “aprovar imediatamente o plano de transferência de controle societário na forma apresentada... pela Autora ...”. É isso mesmo: a liminar não determina que a ANEEL decida sobre o plano e sim que o acate como proposto, em implícita manifestação de desprezo pelo conhecimento técnico dos servidores da ANEEL. Um espanto!

A diretoria da ANEEL se reuniu pouco antes do término do prazo da liminar, mas não conseguiu chegar a uma decisão. Ocorreu um empate entre duas posições. O Governo remanesce sem indicar o quinto diretor que teria desempatado esta e outras decisões. Na mais recente reviravolta do caso, o diretor-geral fez uma tentativa de resolver o assunto na esfera administrativa, condicionada à aceitação pela Âmbor de uma “ajuda” menor, de R\$8 bilhões, como recomendado pelos técnicos da ANEEL. Agora é esperar os próximos capítulos.



Posto de atendimento da distribuidora Amazonas Energia em Manaus Reprodução/Google Street View

Aneel aprova plano de menor impacto para compra de distribuidora pelo clã Batista

Agência valida aquisição da Amazônia Energia pela Âmbar, mas com proposta que reduz custo na conta de luz em quase R\$ 8 bilhões

João Gabriel

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (1º) o plano alternativo para que a Âmbar, empresa do grupo J&F (que pertence aos irmãos Wesley e Joesley Batista), compre a distribuidora Amazonas Energia.

Elaborada pela área técnica da agência reguladora, o impacto calculado sobre a conta de luz na proposta aprovada é de aproximadamente R\$ 8 bilhões a menos em 15 anos.

A proposta foi uma alternativa ao plano de compra que havia sido apresentado pela Âmbar e estava sob análise da agência. A votação havia começado na sexta-feira (27), mas foi suspensa, sem definição.

Ainda na sexta-feira, o presidente da Aneel, Sandoval Feitoza, mudou seu posicionamento e votou a favor da proposta alternativa apresentada pelos técnicos da agência. Assim, o placar ficou em 3 a 1, e a Âmbar tem 24 horas para responder.

As votações para o plano da área técnica e para a proposta apresentada pela empresa dos irmãos Batista correm em separado.

Esta segunda pauta, no entanto, segue sem definição e deve continuar a ser deliberada nas próximas reuniões.

Paralelamente, a Justiça Federal determinou que a compra seja efetivada, com o plano apresentado pela Âmbar, mas houve recurso e o caso ainda continua em aberto.

Agora, a empresa dos irmãos Batista pode aceitar o plano alternativo, o que extingue a ação judicial. Ou recusar e apostar no

desfecho do caso na Justiça.

A Âmbar afirmou que analisa a decisão e "seguirá mantendo o diálogo com a agência, em busca de uma solução definitiva para a situação dos consumidores de energia do Amazonas".

A Amazonas Energia detém a concessão para atuar no Norte, mas nos últimos anos acumulou um longo histórico de problemas operacionais e financeiros e uma dívida que supera R\$ 10 bilhões, o que traz um risco de caducidade da concessão.

O plano de compra foi apresentado pela Âmbar logo depois de o Ministério de Minas e Energia editar uma medida provisória que flexibiliza o contrato da companhia elétrica, a desobriga de uma série de encargos para tentar salvar sua viabilidade econômica e também abre brecha para o repasse de seu controle societário.

A área técnica da Aneel recomendou que o plano de compra fosse rejeitado e calculou que ele trará quase o dobro de impacto necessário à conta de luz de todos os consumidores.

A conta é a seguinte: os técnicos projetaram, considerando as flexibilizações feitas pela medida provisória, o custo da operação seria de R\$ 8 bilhões —bancados pela CCC (Conta Consumo de Combustíveis), que é um dos fatores que compõem tarifa de energia.

Já caso o plano dos irmãos Batista fosse aprovado, este impacto seria muito maior, de R\$ 15,8 bilhões, quase o dobro.

A análise da Aneel afirma que a discrepância de quase R\$ 8 bilhões entre a projeção da agência e o plano apresentado é proveniente de diferenças na mensura-

ção do custo operacional, custo incorrido e velocidade de redução de custos.

Depois, a Âmbar ainda fez ajustes ao plano, que podem reduzir o impacto a R\$ 14 bilhões.

A empresa dos irmãos Batista atua no ramo de geração de energia, mas não de distribuição —no qual entraria com a aquisição da Amazonas.

A proposta da área técnica da Aneel admite que a Âmbar "não demonstrou capacidade técnica no segmento de distribuição".

Por outro lado, ela ressalta que, para aprovação da compra, é necessário comprovar apenas a adequação à nova atuação.

"[A Âmbar] apresentou experiência no segmento de geração para fins de demonstração da capacidade técnica para adequar o serviço de distribuição", avalia a Aneel.

No último dia 23, porém, a Justiça Federal obrigou a aprovação da compra pela agência, com o plano apresentado pela empresa dos irmãos Batista.

A Aneel recorreu, e o caso ainda não teve desfecho.

A possibilidade de transferência do controle Amazonas Energia não foi o único benefício aos irmãos Batista da medida provisória do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Assinada no dia 12 de junho deste ano, ela também permitiu repassar para os consumidores o preço que a Amazonas paga pela energia gerada por termelétricas locais.

Essas termelétricas, por sua vez, foram compradas pela Âmbar em uma operação de R\$ 47 bilhões no início de junho, apenas dias antes de a medida provisória ser assinada.

Caso Amazonas Energia provoca vários espantos

Razoável teria sido fazer uma competição para a escolha de um novo controlador

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Cappe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

A área de concessão da Amazonas Energia (AE) é campeã nacional no índice de perdas não técnicas de energia (um eufemismo para furto). Com arrecadação claudicante, a AE ficou insustentável, inclusive deixando de pagar pela energia que compra das térmicas da Eletrobras.

O governo teve de fazer escolhas. Uma possibilidade seria intervir na concessionária ou declarar a caducidade da concessão. Faria sentido se as atuais dificuldades de AE fossem devidas somente à má gestão. Não parece ser o caso.

Outra possibilidade seria ajudar a concessionária, pelo menos transitoriamente. Idealmente essa ajuda deveria se materializar como despesa no Orçamento da União. Porém, dada a situação fiscal do país, realisticamente o custo da ajuda se materializará encarecendo a conta de luz de todos os brasileiros.

A ajuda deveria ser dada ao atual ou a um novo controlador da AE? A escolha, aliás, correta, foi pela segunda opção. Quem deveria ser o novo controlador e qual deveria ser o tamanho da ajuda? O razoável teria sido estabelecer uma competição entre eventuais candidatas a controlador, selecionando aquela que oferecesse a continuidade do serviço para os amazonenses e mínimo custo para os consumidores de todo o país. Em vez disso, o governo, ao que tudo indica, escolheu a Âmbar.

"Ao que tudo indica" porque, num primeiro movimento, a Âmbar comprou as térmicas "micadas" da Eletrobras. Poucos entenderam. Para a Eletrobras, parecia um excelente negócio se livrar de unidades de energia cujo único cliente, a AE, era inadimplente. Mas, para a Âmbar... por que fazer tão mau negócio? A resposta veio pouco depois da transação, por meio da edição da MP nº 1.232/2024, que transformou os contratos "micados" entre as térmicas e a AE em contratos de energia de reserva, com garantia de adimplimento. Explicação oficial para essa sequência de eventos: mera coincidência. Se foi isso mesmo, a Âmbar é muito sortuda!

A MP também determinou que a Aneel examinasse o plano de transferência do controle acionário preparado pela dupla AE-Âmbar e o aprovasse caso fosse demonstrado que sua implementação ensejaria a recuperação da sustentabilidade econômico-financeira da concessionária, com o menor impacto tarifário possível. A área técnica da Aneel examinou o plano e o rejeitou porque oneraria as contas de luz de todos os brasileiros em R\$ 16 bilhões. O necessário, segundo técnicos, seria a metade dessa quantia.

A AE obteve uma liminar de primeira instância da Justiça Federal no Amazonas dando prazo de 48 horas para a diretoria da Aneel "aprovar imediatamente o plano de transferência de controle societário na forma apresentada... pela autora...". É isso mesmo: a liminar não determina que a Aneel decida sobre o plano, e sim que o acate como proposto, em implícita manifestação de desprezo pelo conhecimento técnico dos servidores da Aneel. Um espanto!

A diretoria da Aneel se reuniu pouco antes do término do prazo da liminar, mas não conseguiu chegar a uma decisão. Ocorreu um empate entre duas posições. O governo remanesce sem indicar o quinto diretor que teria desempatado essa e outras decisões. Na mais recente reviravolta do caso, o diretor-geral fez uma tentativa de resolver o assunto na esfera administrativa, condicionada à aceitação pela Âmbar de uma "ajuda" menor, de R\$ 8 bilhões, como recomendado pelos técnicos da Aneel. Agora é esperar os próximos capítulos.

A Âmbar comprou as térmicas "micadas" da Eletrobras. Poucos entenderam. A resposta veio com MP que transformou os contratos entre as térmicas em contratos com garantia de pagamento